

Primeira rodada:

ELETROSUL não apresentou proposta

A ELETROSUL não apresentou proposta para a Intersindical na primeira rodada de negociações que aconteceu na sexta-feira, dia 21. A Empresa foi representada por uma Comissão de Negociação e pelo Diretor Administrativo. O DA, no entanto, logo pediu para se retirar, quando a Intersindical pediu que a Empresa apresentasse a sua proposta.

Os representantes da Empresa afirmaram que não havia uma proposta, mas um parecer sobre 19 dos 31 itens da pauta, que foi lido por um membro da Comissão. A Intersindical limitou-se a anotar o parecer sobre cada item da pauta e propôs que durante o final de semana fossem feitas negociações efetivas com a participação do DA, o que não foi aceito pela empresa.

PARECER

Sobre as cláusulas econômicas a ELETROSUL afirmou que só teria um parecer no próximo dia 27. A garantia no emprego permanece em aberto, assim como a liberação de dirigentes sindicais. As cláusulas "quadro de lotação", "anistia dos dias parados", "eleição na ELOS" e "reembolso de despesas médicas" não foram concedidas. A maioria das cláusulas permanece em aberto, entre elas: o Plano de Carreira, efetivação de contratados e auxílio creche. O parecer da empresa

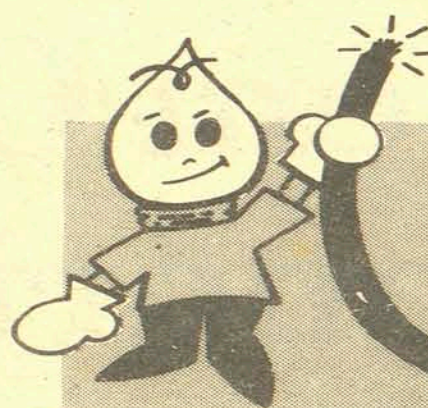
mantém o procedimento atual para a gratificação de férias (a pauta pede aumento), diárias, multa e vigência. O turno de revezamento, conforme o parecer, será adequado à Constituição. O parecer aprova a cláusula manutenção de direitos.

PROCEDIMENTO

É necessário salientar que não houve negociação efetivamente, apenas a apresentação do parecer da Empresa. Na maior parte das cláusulas o parecer foi evasivo, deixando muito a desejar em todos os sentidos. Agora a Intersindical marcou uma reunião de negociações na Delegacia Regional do Trabalho, que é um requisito processual para que não se perca a data-base. Em função da greve do Ministério do Trabalho, a reunião será na DRT de Curitiba, hoje às 14 horas.

Após a rodada da DRT a Intersindical vai convocar assembleias para discutir os encaminhamentos da Campanha Salarial. No final da semana a assessoria jurídica da Intersindical já estará em Brasília para, se necessário, ajuizar o Dissídio.

O momento é de mobilização e muita atenção para os desdobramentos dos fatos. Os eletricitários têm muito em jogo nessa campanha e uma trajetória de lutas que habilita a categoria a se sair bem, se continuar unida, coesa e em luta.



O JORNAL ELETRICITÁRIO

nº 31

Sind. Eletricitários Fpolis/Sind. Eletricitários Tubarão

JORN. RESP. DRT/RS 6166

24/10/88

Julgamento do Dissídio CELESC:

Todo mundo no Tribunal!

Finalmente amanhã, às 17 horas e 30 min, vai ser julgado o Dissídio da CELESC. Mas este ainda não é o último "round" da Campanha Salarial. Mesmo com um resultado favorável no julgamento, os direitos fundamentais como a garantia no emprego não estarão assegurados aos celesquianos. Todos sabem da morosidade da Justiça e um recurso da Empresa pode vir a complicar as coisas.

O ponto de honra para a empresa é a **garantia no emprego**. Eles não admitem esta cláusula que inviabiliza a plena utilização da CELESC

com o máquina eleitoral e "cabide de empregos". Por isso, vão fazer de tudo para invalidar a eventual sentença que revalide a **garantia no emprego**.

PEGAR JUNTOS

O julgamento não é o fim da campanha salarial. Ao contrário, ele pode ser o início da parte mais dura da campanha. Para fazer valer o julgamento, é necessário que se faça a empresa assinar um acordo com os sindicatos se comprometendo a cumprir o estabelecido. Caso isso não ocorra poderemos assistir a mais uma longa novela como a da produtividade de 84 que até hoje se arrasta; só que desta vez o objeto do eventual

recurso será a garantia no emprego, e eles não vão esperar quatro anos para começar a demitir...

O momento é de pegar junto. Ir à greve e dar o troco das pressões humilhantes que têm ocorrido diariamente.

CONCENTRAÇÃO

A presença da categoria no Tribunal é fundamental. O calor da mobilização sempre ajuda... Por isso, amanhã é sair do trabalho e ir direto para o TRT (rua Luiz S. Bezerra da Trindade nº 80) para aguardar o resultado. Depois do Julgamento, a Intersindical vai convocar assembleias em todo o estado.

CELESC pune empregado que a denunciou no Tribunal

A punição com uma suspensão de trinta dias a um empregado que denunciou no Tribunal e na imprensa as pressões exercidas pelas chefias sobre os empregados da CELESC põe às claras, mais uma vez, a covardia e a prepotência da "gestão participativa". Walter José Ouriques, empregado da CELESC há mais de vinte anos e ex-diretor do Sindicato, teve a coragem de denunciar na frente da Presidente do Tribunal Regional do Trabalho e das câmaras de TV as reuniões feitas para coagir e ameaçar os empregados que não desejavam assinar o abaixo-assinado contrário aos seus interesses.

Não é por coincidência que a punição foi assinada por Jairo Gazola, Administrador da Agência Florianópolis e um dos "comandantes da operação pressão". Este mesmo senhor, no ano passado, foi envolvido em inquérito policial por praticar coação contra seus subordinados em situação idêntica.

Todos sabem que as alegações da Empresa para aplicar a punição não passam de um alibi. Na verdade



Querem punir alguns para amedrontar a todos

Ocorre que ao se denunciar as pressões se atinge o ponto mais fraco da atual gestão da CELESC, que é a sua prática antidemocrática e arbitrária. Com a denúncia, cai por terra a alegação do advogado, *importado* da Bahia, de que a Empresa não aceitava a proposta do Tribunal por defender a que foi assinada pelos empregados. Assinaram, mas sob pressão...

Perseguir e prejudicar

empregados tem sido regra nesta gestão da CELESC.

Imaginem sem a **garantia no emprego** o "festival de retalhações" que seria feito na Empresa. Bastaria uma antipatia ou divergência mínima para receber a demissão.

Mas a covardia, como a mentira, tem pernas curtas. A mobilização dos celesquianos tem a verdade ao seu lado, e vai atropelar a prepotência de todos os que tentam barrar as conquistas dos trabalhadores.

ELETROSUL persegue grevistas

A partir do dia 18, começou a circular na ELETROSUL um comunicado na qual o presidente, Paulo Melro, afirma estar encaminhando um processo à Superintendência da Polícia Federal em Santa Catarina para "apuração de eventual prática

tica de atos ilícitos ou ilegais". Ele refere-se à investigação dos responsáveis pelos problemas no sistema elétrico, ocorridos durante a greve de agosto. Sobre isto, a Intersindical encaminhou esta correspondência ao presidente da ELETROSUL.

Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Florianópolis

FUNDADO EM 27 DE SETEMBRO DE 1960 -
Registrado no Ministério do Trabalho Indústria e Comércio sob o nº. 10519
Rua Felipe Schmidt, 27 - 4º andar - CEP 22.200
São Paulo - SP - Telefone: 2155-1111 - Telex: 51000

Florianópolis, 20 de Outubro de 1988.
Corresp. nº 203/88.

Ilmo. Sr.

Dr. Paulo de Freitas Melro
MD. Presidente da Central Elétrica do
Sul do Brasil S/A. - ELETROSUL -
NESTA

Senhor Presidente,

Decorrida a greve de agosto deste ano, a ELETROSUL firmou Acordo Coletivo de Trabalho com a Intersindical dos Eletricitários. O documento foi assinado não só pela Diretoria da Empresa, como também pelo Ministro do Trabalho, pelo Delegado Regional do Trabalho e pelo Procurador Regional do Trabalho e nele ficou estabelecida a **não punição aos grevistas**, em sentido amplo.

Os signatários, por isso, tomaram conhecimento da circular 4/88, dessa Presidência, com surpresa e indignação. A circular afirma que o Acordo referido vem sendo cumprido em todos os seus termos mas, em seguida, contraditoriamente, informa a decisão da Diretoria de encaminhar à Polícia Federal pedido de apuração, **sic**, "de prática de atos ilícitos ou ilegais por parte das pessoas envolvidas em práticas de atos atentatórios à segurança".

Pelos termos da ata da 27ª Reunião do Conselho de Administração da ELETROSUL, fica claro que esta iniciativa partiu do Sr. Nogert Wiest, conselheiro da ELETROSUL e atual Presidente da CELESC, que se referiu de forma difamatória à ELETROSUL durante a greve de agosto.

Mas, seja a iniciativa movida ou não por vingança, o importante é que ela revela intenções retaliatórias ao movimento grevista vitorioso e de intimidação aos trabalhadores na véspera da negociação coletiva, merecendo por isso toda repulsa.

Assim, através de seus Sindicatos, os trabalhadores reafirmam o seguinte:

1. O movimento grevista de agosto foi legítimo, pacífico e, principalmente responsável. Por decisão dos trabalhadores e graças ao trabalho ininterrupto e incansável de um grupo de voluntários, o Sistema Elétrico do sul do país foi mantido, a despeito da falta de condições estruturais e técnicas para tanto.

2. Não houve, portanto, "prática de atos atentatórios à segurança do sistema", tanto assim que imediatamente ao término da greve a Empresa pode assumir o comando das operações sem problema algum e o sistema elétrico prosseguiu funcionando normalmente.

3. Por isso, os trabalhadores não se intimidam com a ameaça da Empresa. Ameaça, aliás, intempestiva. De se estranhar que a alegada prática de "atos atentatórios" venha a ser levantada somente depois de três meses após a Empresa ter assumido o comando das operações, justamente no início das negociações coletivas.

4. Mas, mesmo que tivessem ocorrido os atos referidos, o que se diz por argumentação, pois todos, honestamente, sabemos que não ocorreram, ainda assim não se justificaria a medida referida na circular nº 4/88. A Direção da ELETROSUL, juntamente com todas as autoridades do Trabalho, comprometeu-se, publicamente, solene e formalmente que não haveria punições aos grevistas.

Portanto, os signatários requerem que Vossa Senhoria reconsidere a referida decisão, pelos motivos éticos e legais apontados.

Respeitosamente,

INTERINDUSTRIAL BASE ELETROSUL

Mais "austeridade":

CELESC contrata, em OTN, consultorias milionárias

A grande imprensa está noticiando mais um escândalo envolvendo a CELESC. Desta vez são contratos milionários que estão sendo pagos em até 500 OTN por mês. Muitos dos contratados têm parentes com diretores da empresa...

Estes contratos são mais um exemplo da "austeridade" da gestão participativa, que já mostrou que sabe ir mais longe do que transportar buggies de parentes (lembram?) e promover apadrinhamento político (como documentou o LINHA VIVA nº 29).

Os diretores que assinam os contratos milionários são os mesmos que se negam a conceder a seus empregados 10% de produtividade e 7% de acréscimo salarial, como fizeram na audiência do TRT. Será que a produtividade de 1984 ainda não foi paga porque o dinheiro foi gasto

em tais contratos? Será por isso que não podem dar um reajuste digno aos empregados? Por que os que trabalham realmente, os empregados da CELESC, não recebem tão bem quanto os beneficiados com tais contratos?

DOCUMENTOS

Enquanto se procura resposta para as perguntas acima, o LINHA VIVA vai publicando os contratos. Hoje apresentamos o que foi firmado com Erick Carlos Korb, que vai prestar "consultoria na área de ensino e treinamento" recebendo 172 OTN por mês. Mais uma pergunta: a área de treinamento, que tem o CEFA, precisa de consultor?

Quem deseja conhecer a íntegra do documento pode passar no Sindicato. Aqui, por razão de espaço, publicamos os fragmentos "mais importantes".

Ministro recebe pauta dos urbanitários

Após longa espera nos corredores do Ministério de Minas e Energia, a Articulação Nacional dos Urbanitários conseguiu fazer chegar ao Ministro a pauta de reivindicações unificada, que pretende organizar nacionalmente as lutas da categoria.

A pauta contém dez itens

centrados na defesa das estatísticas, reposição das perdas salariais, garantia no emprego e reintegração dos demitidos durante greves e mobilizações.

A Articulação dos Urbanitários está aguardando uma posição do Ministério sobre a questão.

Os eletricitários continuam em luta

No norte do país, os eletricitários estão com mais dois importantes aliados à luta pela pauta nacional da categoria. No dia 18, os empregados da COELBA, na Bahia,

entraram em greve. Como aqui, a garantia no emprego tem sido a reivindicação central. O sindicato da Bahia assumiu o controle total do se-

tor de operação, ou seja, o sistema elétrico está nas mãos dos trabalhadores. Os empregados na ESCELSA, no Espírito Santo, estão só aguardando a Assembléia Geral do dia 25, para também entrarem em greve.

Enquanto isso os eletricitários da Paraíba e do Ceará continuam firmes na paralisação.

CELESC exonera chefes

Seguindo o ritmo repressivo imposto a esta Campanha Salarial, a CELESC começa agora a exonerar os chefes de alguns setores que não aderiram satisfatoriamente ao abaixo-assinado da empresa. Não bastasse o descabimento de obrigar empregados a assinarem como sua uma desvantajosa proposta da empresa,

a CELESC resolve punir os chefes que não coagiram direito os empregados.

Tais chefes não vendem suas consciências por uma gratificação. Preferem manter suas posturas dignas e decentes a ter que se prestar a tais papéis. São pessoas assim que fazem vitoriosa a luta dos trabalhadores.

100.000.000 de Santa Catarina S/A.

Contrato de prestação de serviços que fazem entre si. Central Elétrica de Santa Catarina S/A - CELESC como CONTRATANTE e Erick Carlos Korb como CONTRATADA.

A CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S/A - CELESC - concessionária de serviços públicos de energia elétrica, inscrita no CGC/MF sob nº 83.876.892/0001-55, com sede em Florianópolis/SC à rua Trajano nº 16, neste ato representada por dois de seus Diretores infra assinados, adiante e doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e Erick Carlos Korb, firma individual de consultoria, sediada à rua Lacerda Costa nº 15 - Florianópolis/SC, inscrita no CGC/MF sob nº 82.601.493/0001-36, doravante denominada CONTRATADA, pelo presente instrumento particular tem justo e contratado os serviços de Consultoria na área de ensino e treinamento, sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

O presente contrato tem por objeto a prestação, pela CONTRATADA, de serviços de consultoria na área de Ensino e Treinamento à CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA:

O presente contrato terá vigência pelo prazo de 6 (seis) meses com início em 01/08/84.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Pela locação dos serviços descritos nas cláusulas anteriores, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA honorários equivalentes a 1.032 (mil e trinta e duas) OTN's, divididos em 6 (seis) parcelas mensais iguais de 172 (cento e setenta e duas) OTN's, vencendo-se a primeira em 31/08/84 e a última em 31/01/85.

CLÁUSULA OITAVA:

A CONTRATADA reconhece que todas as obrigações fiscais, sociais e previdenciárias a que estiver sujeita, na forma da legislação vigente, são e serão de sua inteira responsabilidade. Com relação ao imposto de renda, a sua dedução será feita e declarada na Nota de Honorários, devendo a CONTRATANTE fazer o recolhimento com fonte pagadora.

PELA CONTRATANTE:

Robert Wiest
Diretor Presidente

PELA CONTRATADA:

Erick Carlos Korb

TESTEMUNHAS:

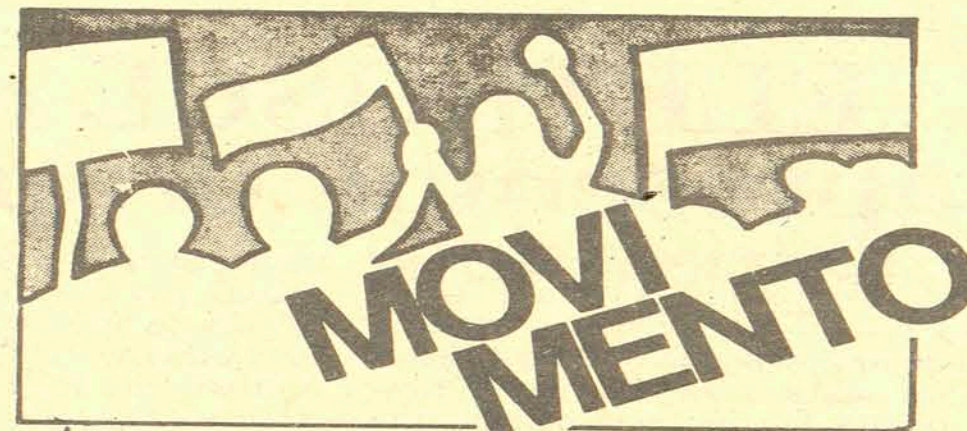
Luiz Cruz Schneider
Diretor Administrativo

Juiz determina: chega de calote

Os empregados da CELESC em Blumenau saíram vitoriosos no julgamento dos 4% da produtividade 84. Os

cálculos serão feitos para que, seguindo a ordem do Juiz, ocorra o pagamento independente de qualquer recurso.

Não há conquista sem luta



Banco do Brasil

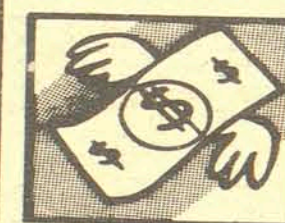
A greve do Banco do Brasil atingiu neste dia 20 100% de adesão nas capitais, com 524 agências paradas. Só aqui em Santa Catarina aderiram dois mil funcionários em quinze agências. Os bancários reivindicam 40% de equiparação salarial com o Banco Central, 8% de produtividade, 21,39% da URP de setembro, mais o pagamento dos dias parados nas greves anteriores. Mas acima de tudo eles estão em greve pela defesa no banco. É que com a transferência da conta única, do Banco do Brasil para o Bradesco foi dado o primeiro passo para a privatização. Afinal já colocaram o dinheiro público sob administração privada e a direção do Banco continua conivente.

Nos ministérios

Enquanto 60 mil servidores públicos de 13 ministérios estão em greve, o Consultor-Geral da República, Saulo Ramos, insiste em desenterrar legalidades ultrapassadas. Para ele enquanto não for aprovada pelo Congresso a lei que regulamente o direito de greve, continua valendo a atual legislação, que proíbe a paralisação dos servidores públicos. Mas os servidores parecem não se importar nem um pouco com tal detalhe e continuam a reivindicar o pagamento da URP de maio, reposição de 75% e equiparação salarial com os militares de 120%. O governo responde que não tem recursos.

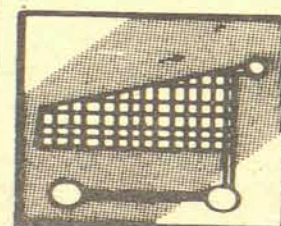
INDICADORES DO DIEESE

1/10/88 a 31/10/88



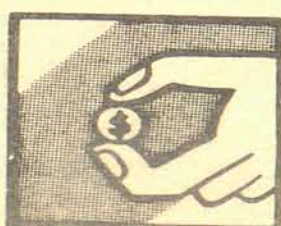
AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 22,39%
1 a 5 Salários - 22,75%
1 a 30 Salários - 22,99%



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

Cz\$ 15.506,47



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

Cz\$ 136.506,47